

CASO MASTER

TCU questiona BC sobre liquidação

Ministro dá 72 horas para que autoridade monetária explique as razões que levaram ao que classificou como uma “medida precipitada”

» RAPHAEL PATI
» ROSANA HESSEL

Apesar das críticas ao Banco Central por ter demorado na decisão de liquidação extrajudicial do Banco Master, decretada em 18 de novembro, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Jonathan de Jesus questionou a atuação da autoridade monetária no processo, alegando precipitação, e deu um prazo para que a instituição se manifeste em até 72 horas.

Em despacho datado de quinta-feira, o ministro Jonathan de Jesus solicitou que o BC apresente esclarecimentos e documentações pertinentes relacionados ao processo de liquidação do Master, que ocorreu quase dois meses após o BC barrar a compra da instituição privada pelo Banco de Brasília (BRB), que havia sido anunciada no fim de março deste ano.

De acordo com o documento, uma representação formulada pelo Ministério Público junto ao TCU “suscita indícios de falhas na supervisão exercida pelo Banco Central sobre o Banco Master S.A. e suas controladas, culminando na decretação de sua liquidação extrajudicial”. Na justificativa, o órgão argumenta ainda que “a atuação do BC pode ter sido marcada por omissões e insuficiência de reação tempestiva aos sinais de degradação financeira da instituição, comprometendo a eficácia do marco regulatório e ampliando o risco sistêmico”.

O despacho do ministro do TCU questiona os motivos que levaram a autoridade monetária a adotar o que classificou como uma “medida extrema” e precipitada ao decretar a liquidação extrajudicial.

Ele afirma que os argumentos do MP “reforçam a plausibilidade das preocupações manifestadas e recomendam atuação fiscalizatória célere” e sugere que o BC pode ter errado ao decretar a liquidação extrajudicial e, consequentemente, ao acionar recursos do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que é mantido pelo bancos do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O ministro também determinou sigilo do processo.

Procurada pelo **Correio**, a assessoria do Banco Central informou que o órgão “não se manifesta sobre processos em curso junto a órgãos de controle”. Na quinta-feira, em entrevista aos jornalistas durante a apresentação do Relatório de Política Monetária (RPM), o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, declarou que está bastante tranquilo em relação ao processo que levou até a decretação da liquidação do Banco Master. Ao ser questionado sobre a convocação de diretores pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para dar explicações, Galípolo afirmou que o BC estará à disposição do Supremo. “Tudo está devidamente documentado e estamos à disposição do Supremo para dar todo tipo de suporte no processo de investigação”, afirmou.

Autonomia

Após a divulgação do despacho do TCU, ontem, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Associação Brasileira de Bancos (ABBC) emitiram nota manifestando apoio ao Banco Central.

De acordo com a Febraban, é necessário confiar nas decisões da autoridade monetária. A entidade aproveitou para defender a

Ed Alves CB/DA Press



Galípolo declarou, um dia antes, que está bastante tranquilo em relação ao processo que levou à liquidação

autonomia institucional do BC, ao frisar que “deposita plena confiança nas decisões do Banco Central, em todos os seus âmbitos de atuação: sob a ótica da regulação, da supervisão, da política monetária e da política cambial”.

Para a Febraban, a solidez e resiliência do setor bancário e a independência do regulador do sistema financeiro são um ativo e um patrimônio nacional. “O setor bancário brasileiro tem enorme relevância para assegurar a proteção dos

depósitos e dos investimentos das famílias e das empresas”, destaca a entidade, que também pontua que o sistema financeiro só seria sólido, moderno e íntegro com uma “regulação firme e supervisão vigilante”. “É imprescindível garantir a independência institucional e a autarquia do Banco Central”, destaca em nota, a federação.

A ABBC também saiu em defesa do Banco Central e dos funcionários da autoridade monetária. “O Banco Central possui um quadro

altamente qualificado e plena capacidade técnica para subsidiar suas decisões e, como autarquia independente, conta com a confiança da ABBC em todas as deliberações relacionadas a este assunto”, destacou o comunicado. “Adicionalmente, é essencial preservar a autonomia e a segurança jurídica da autoridade monetária, garantindo que as instituições funcionem em harmonia e resguardando seus servidores. O sistema financeiro nacional precisa de um

Banco Central forte e com segurança jurídica em suas decisões”, acrescentou.

Legitimidade

Para o professor de Economia do Ibmecc-RJ Gilberto Braga, no entanto, o problema não se trata de interferência na autonomia do Banco Central e explica que a função do TCU é apenas de fiscalizar os órgãos públicos. “A cobrança é legítima e espera-se que o Banco Central responda com os dados internos que possui sobre o Banco Master, de forma a justificar a decisão pela liquidação. Por se tratar de um caso de relevância financeira e também política em razão dos nomes citados até o momento, há interesse que os fatos sejam adequadamente esclarecidos e revelados para os interessados e para a população em geral”, avalia.

Sobre o processo em si, a advogada especializada em contencioso estratégico e financeiro, e head de contencioso no CBA Advogados Marília Milani frisa que decretar a intervenção ou a liquidação extrajudicial de uma instituição financeira não é uma tarefa simples e fácil, que ocorre da noite para o dia. “O arcabouço regulatório do Banco Central é bem estruturado, baseado em normas e padrões internacionais, e por terem o privilégio de participar do Sistema Financeiro Nacional, as instituições financeiras devem obedecer e se submeter às regras e aos procedimentos estabelecidos pelo BC”, pontua. A autoridade monetária ainda não respondeu aos questionamentos do ministro até o fechamento desta edição.

TELECOMUNICAÇÕES

Os planos da Nio Fibra no DF

» GABRIELLA BRAZ

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Segundo Fabris (D), meta é investir em melhorias na infraestrutura

Com início das operações em junho deste ano, a Nio Fibra nasceu com 3,5 milhões de clientes em todo o Brasil, base que antes era atendida pela Oi. A empresa, que surgiu após a venda das operações de fibra da telefônica, em processo de recuperação judicial, tem agora dois principais desafios para 2026: firmar-se como uma marca nova e fidelizar os clientes vindos da antiga empresa. Ao **Correio**, o CEO da Nio, Marcio Fabbris, destacou desafios e planos para o Distrito Federal.

Com 140 mil assinantes e 22% de market share, indicador que aponta participação no mercado, a marca já é uma das líderes em fibra óptica na capital federal. Fabbris destaca que a empresa consegue cobrir 70% do DF.

Segundo o CEO, os novos passos para a capital federal incluem melhorias em infraestrutura. “Nosso objetivo é investir mais em qualidade do que em cobertura”, explica. Para isso, a empresa vai investir na conexão da rede para edifícios e prédios residenciais e no velho e eficiente serviço de “porta em porta”, com parceiros de vendas locais e presença nos condomínios.

Além de melhorar a conexão e aumentar o número de linhas disponíveis para moradores dos imóveis, Fabbris explica que a medida é importante para “dar um alívio” e não sobrecarregar a rede existente. Segundo a empresa, há mais de 700 mil pontos disponíveis para novos clientes.

Inovação

A escolha do nome não foi à toa. Nio vem de uma tentativa de aporuguesar a palavra inglesa New (novo, na tradução para o português) e brincar com a pronúncia. A ideia, explica o CEO, é simplificar e trazer uma cara mais moderna no setor. “É a chance de lançar uma empresa que faça tudo diferente”, explica.

A Nio oferece sete planos de assinatura, três para pessoa física e quatro para empresas. A medida

busca simplificar a vida do consumidor na hora de escolher o serviço e segue a tendência de empresas internacionais, como a estadunidense T-Mobile. “Visitamos algumas empresas internacionais para ver o que tem de melhor no mundo e trazer para cá”, relata.

Em relação aos planos, a empresa faz ainda uma promessa ousada: congelar os preços dos planos para os assinantes até 2028. Para internet residencial, a Nio criou três categorias.

Há mais de 20 anos no setor de telecomunicações, Fabbris destaca as diferenças de atuar em uma empresa que já nasceu após o advento do 5G. “Isso te dá a chance de estar sempre na vanguarda da tecnologia”, aponta. O CEO também pontuou a vantagem de iniciar uma empresa com estrutura moderna de fibra óptica, o que elimina os custos para se adaptar ao modelo.

Apesar das facilidades da empresa “Geração Alpha”, alguns desafios são comuns a todas as empresas do setor: a informalidade. A falta de regularização por pequenos prestadores de internet e até mesmo a relação de algumas empresas com o crime organizado levaram a Agência Nacional de

Telecomunicações (Anatel) a criar o Plano de Ação para combater a concorrência desleal e para a regularização da prestação do serviço de banda larga fixa. Com a implementação, todas as empresas, independentemente do porte, precisam de autorização formal para atuar.

Em processo de recuperação judicial desde 2016, a Oi passou a vender ativos e opera atualmente apenas no mercado corporativo com a Oi Soluções. Em 2020, a empresa deixou de oferecer os serviços de telefonia, comprados por um consórcio formado por TIM, Vivo e Claro.

Já as operações da rede de internet Oi Fibra, processo que culminou na criação da Nio, começou em 2021. Na época, a empresa optou pela cisão da operadora em duas, uma para a parte de infraestrutura das tecnologias e outra para a carta de clientes.

Atualmente, a V.tal é responsável pela estrutura de fibra óptica. A empresa fundada em 2021 é uma rede de internet neutra, uma espécie de plataforma que oferece a infraestrutura de telecomunicação para operadoras. Já a Nio fica encarregada da relação direta dos clientes e usa a estrutura da V.tal.

Doe seu IR

Até 26/12

para o Hospital Pequeno Príncipe.

Excelência em transformar a vida de crianças de todo o Brasil, como a Sofia.

Você pode destinar até 6% do seu Imposto de Renda – seja a pagar ou a restituir – para os projetos do maior hospital pediátrico do Brasil, de forma fácil e sem custos.

Acesse doepequenoprincipe.org.br, simule seu potencial de doação, preencha o formulário e solicite seu boleto.

Para mais informações, escaneie o QR code abaixo.



Contamos com o seu apoio!
doepequenoprincipe.org.br

(41) 2108-3886 (41) 99962-4461

